

*Fluir
com a
vida*



Breve histórico sobre Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS)

Introdução

Com o objetivo de levar conteúdos sobre cuidados com a saúde e bem-estar aos servidores da UFPE durante e após a pandemia de Covid-19, o projeto Fluir com a Vida, da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida (Progepe), elaborou este material com o objetivo de informar a respeito das chamadas Práticas Integrativas (PICs).

É importante ressaltar, que a medicina convencional deve continuar sendo priorizada, e não substituída, as práticas integrativas funcionam como complemento e integração.

Em tempos recentes e anteriores à pandemia, houve uma crescente demanda das terapias integrativas, devido ao interesse de diversos centros de saúde na busca de uma forma integrativa de promover saúde ao indivíduo, com caráter individual e especialmente atencioso, características básicas das terapias integrativas. Também observava-se um movimento dos municípios brasileiros para implantar o uso das PIC nos últimos anos, tendo sido aplicadas no SUS, exigindo-se a ampliação do conhecimento sobre os tratamentos complementares.

PICS e sua linha temporal

Dos **anos 90** à atualidade, houve uma evolução no reconhecimento público e difusão a respeito das PICS, desde essa década, o uso tem aumentado em proporções mundiais. O seu crescimento e visibilidade ocorreram, principalmente, com estímulo da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2002, por meio da elaboração de um documento normativo para seus países membros.

Em **2004**, o Ministério da Saúde realizou pesquisa verificando que dentre as práticas de saúde complementares encontradas no Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) reconheceu o Reiki, num percentual de 25,6%, como a prática mais adotada. Tem-se ainda que vêm sendo procurados no Brasil, outros tipos de técnicas que visem à promoção, prevenção e recuperação da saúde, além daquelas que oferece a medicina atual : a saber, "as chamadas terapias Alternativas, ou Complementares, ou não convencionais, ou, mais recentemente, integrativas".

Já em **2006**, o Ministério da Saúde (MS), publicou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS), com o intuito de garantir a integralidade nos serviços de saúde, tendo sido publicada a 2ª edição em 2015. A partir de então, a oferta e o estímulo ao uso das PIC, como **a fitoterapia, a homeopatia, a acupuntura**, dentre outras, foi legitimada no SUS, ampliando a utilização dessas práticas.

Nesse contexto, **o Brasil tem se destacado como um dos 69 Estados-Membros da OMS que possuem políticas e estratégias específicas para o uso das PICS**. Após a criação da PNPIC, 30% dos municípios brasileiros adotaram regulamentação própria para o uso dessas terapias, o que indica um importante incremento das práticas na atenção à saúde; e a Atenção Básica à Saúde (ABS) é um dos principais ambientes para a sua aplicação.

Mais adiante, em matéria publicada **em dezembro de 2016**, pelo Consulado-Geral da República Popular da China em Recife, "a MTC (Medicina Tradicional Chinesa) está ampliando sua presença mundial, para 183 países e regiões do mundo" . Posteriormente, em 2017, as práticas integrativas tornaram-se oficiais perante o Ministério da Saúde no Brasil, que reconheceu oficialmente a importância das manifestações populares em saúde e a chamada medicina não convencional, considerada como prática voltada à saúde e ao equilíbrio vital do homem. Nesse período foram incluídas **14 práticas integrativas e complementares à PNPIC**. No ano seguinte, **2018**, aquele ministério **incluiu novas práticas, 10 naquele momento**. Com isso, **passam a integrar às PNPIC 29 práticas integrativas e complementares**, sendo elas:

- terapia de florais
- acupuntura,
- homeopatia,
- fitoterapia,
- antroposofia,
- termalismo,
- arteterapia,
- ayurveda,
- biodança,
- dança circular,
- meditação,
- musicoterapia,
- naturopatia,
- osteopatia,
- quiropraxia,
- reflexoterapia,
- reiki,
- shantala,
- terapia comunitária integrativa,
- yoga,
- apiterapia,
- aromaterapia,
- bioenergética,
- constelação familiar,

Fluir
com a
vida



- cromoterapia,
- geoterapia,
- hipnoterapia,
- imposição de mãos,
- ozonioterapia.

Como se pode verificar, é notável a participação das práticas integrativas na busca da promoção à saúde, o que se percebe pelo reconhecimento público, pelo crescimento do uso, e pelo maior número de pessoas que as procuram, seja pelo continuado desenvolvimento da PNPIC, seja pela crescente inclusão dos diversos tipos de práticas, seja pelo emprego em redes públicas. Ademais, são diversos tipos de práticas integrativas, dentre elas práticas milenares, atuantes há décadas adquirindo, em tempos mais recentes, reconhecimento.

Serviços

Na Universidade Federal de Pernambuco, as práticas integrativas e complementares são oferecidas pelo Serviço Integrado De Saúde (SIS), espaço de articulação e diálogo entre a academia-serviço-comunidade, centrado no cuidado integral à saúde, com interface direta nas áreas de educação, comunicação e cultura.

Situado no âmbito do Centro de Ciências da Saúde (CCS), o SIS possui ações de interface junto a docentes e discentes dos Centro de Artes e Comunicação (CAC) Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Centro de Educação (CE) e Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) em ações de formação, campo de estágio em PICs, pesquisa e extensão.

Com uma gestão que articula ações de ensino, extensão e pesquisa pela UFPE, iniciativas do Fórum de Usuárias, ações e projetos comunitários de moradores de bairros adjacentes ao Campus Recife e

ações de assistência à saúde por meio das PICs, realizadas por uma equipe de terapeutas da Unidade de Cuidados Integrados em Saúde (UCIS) vinculada à Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura do Recife.

Os serviços oferecidos no SIS/UCIS se constituem em terapias individuais no Ambulatório de Ações Integradas de Saúde, grupos de práticas terapêuticas, Programas Terapêuticos; Acolhimento e escuta qualificada e cursos em PICs.

No contexto atual de exigência no controle da pandemia da Covid-19, o atendimento em **PICs no SIS tem obedecido a um protocolo, com agendamento individual pelo telefone (81) 3355.3189.**



Referências

1. Santos RL, Guimaraes GP, Nobre MSC, Portela AS. Análise sobre a fitoterapia como prática integrativa no Sistema Único de Saúde. Rev. Bras. Pl. Med. 2011; 13(4):486-491.
2. Ceolin T, Heck RM, Pereira DB, Martins AR, Coimbra VCC, Silveira DSS. A inserção das terapias complementares no sistema único de saúde visando o cuidado integral na assistência. Enferm. glob. 2009; 16:1-10.
3. Frass M, Strassl RP, Friehs H, Müllner M, Kundi M, Kaye AD. Use and acceptance of Complementary and Alternative Medicine among the general population and medical personnel: A Systematic Review. Ochsner J 2012; 12(1):45-56.
4. World Health Organization (WHO). WHO Traditional Medicine Strategy 2002 – 2005. Geneva: WHO; 2002.
5. GAVIN, R. O. S. Terapias alternativas complementares: uma visão do conhecimento dos acadêmicos de enfermagem. Ciências Cuidado em Saúde, n.9, v.4, 2010. p. 760-765.
6. Brasil. Ministério da Saúde (MS). Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Brasília: MS; 2006. 4. Brasil. Ministério da Saúde (MS). Revista Brasileira Saúde da Família. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: uma realidade no SUS. Brasília: MS; 2008.
7. Brasil. Ministério da Saúde (MS). Revista Brasileira Saúde da Família. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: uma realidade no SUS. Brasília: MS; 2008.
8. CONSULADO-GERAL DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA EM RECIFE. China divulga primeiro livro branco sobre Medicina Tradicional Chinesa. Recife, 07.12.2017, notícias da China. Disponível em: <http://recife.china-consulate.org/por/zgyw_7/t1422563.htm>. Acesso em: 28.02.17.
9. BARBOSA, G. P.; SILVA, D. S.; SILVA, L. O.; PERES, K. D. P.; TORRES, J. D. R. V.; SOUZA, M. S. Reiki como prática integrativa e complementar: uma revisão integrativa. REAS, revista eletrônica acervo saúde. Campinas. v. 8 (3), p. 893-897. 2016.
10. BRASIL. Ministério da Saúde . Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 91p.
11. Ministério da Saúde (BR). Portaria n. 849, de 27 de março 2017. Inclui a Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. Diário Oficial da União, Brasília, DF (2017 Mar. 28);Sec. 1:68.Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0849_28_03_2017.html>. Acesso em: 26/03/2021.

12. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 702, de 21 de março de 2018. Altera a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas práticas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC. Diário Oficial da União. 22 Mar 2018. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2018/prt0702_22_03_2018.html>. Acesso em: 26/03/2021.

13. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2015. Disponível em: <<https://aps.saude.gov.br/politicas/pnpic>>. Acesso em: 26/03/2021.

14. Organización Mundial de la Salud. Estrategia de la OMS sobre medicina tradicional 2014-2023. Ginebra: OMS; 2013. Disponível em: <<http://apps.who.int/medicinedocs/documents/s21201es/s21201es.pdf>>. Acesso em: 26/03/2021.

